



SE 08. Identidades, Territórios e Resiliência no Brasil contemporâneo: Estado, desenvolvimento, violência e reprodução da diferença

Aderval Costa Filho (Universidade Federal de Minas Gerais) - Coordenador/a, Stephen G. Baines (Departamento de Antropologia, UnB) - Coordenador/a, Aderval Costa Filho (Universidade Federal de Minas Gerais) - Participante, Stephen G. Baines (Departamento de Antropologia, UnB) - Participante, Russell Parry Scott (UFPE) - Participante, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (Departamento de Antropologia/UnB) - Debatedor/a, Ana Beatriz Vianna Mendes (Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAN/UFMG) - Participante, Walmir da Silva Pereira (UNISINOS) - Participante, Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE) - Participante, Walmir da Silva Pereira (UNISINOS) - Debatedor/a, Raquel Mombelli (NEPI/UFSC) - Participante, Cintia Beatriz Müller (DEA/UFBA) - Participante, Osvaldo Martins de Oliveira (UFES) - Participante, Gersem José dos Santos Luciano (Universidade Federal do Amazonas) - Debatedor/a

O Simpósio Especial pretende problematizar as questões das identidades e territórios e formas de resiliências no Brasil contemporâneo, a partir da correlação entre poder, territorialidade, Estado, desenvolvimento, preservação ambiental, violência e micropolítica, enfatizando situações de exclusão ou subalternização de povos indígenas, comunidades dos quilombos, povos e comunidades tradicionais, bem como suas lutas pelo reconhecimento formal e acesso à terra/território e demais direitos. Sabe-se que a perspectiva desenvolvimentista e modernizadora adotada pelo Estado Brasileiro tem resultado numa série de impactos sobre territórios tradicionais e modos de vida, resultando em déficits de cidadania de vários grupos historicamente excluídos. Nos dois últimos anos, o cenário político de retrocesso democrático agravou ainda mais este quadro, seja pelo desmonte de aparatos do Estado, pela supressão de programas sociais, cortes orçamentários e paralisação dos processos de regularização, em sintonia com os interesses e projetos hegemônicos. O SE se propõe também a problematizar a atuação do(a) antropólogo(a) nos processos de reconhecimento de direitos étnicos, coletivos e territoriais, no diálogo com campo jurídico e com o poder executivo, no sentido de promover interlocução entre o fazer antropológico, garantia de direitos e lutas sociais. As três sessões serão: Resistência e resiliência; Estado, desenvolvimento e violência; O trabalho do antropólogo e a implementação de direitos.

Prática Antropológica e implementação de direitos: a perícia em processos judiciais, ou quando o antropólogo é o outro?

Autoria: Cintia Beatriz Müller

Cada vez mais antropólogos são convocados a realizar perícias no contexto de processo judiciais. Sob condições de pesquisa completamente diversas daquelas que estamos habituados, sob o risco de sermos



colocados sob "suspeição" em função de works, publicações e, até mesmo, palestras realizadas, o "perito" pode ser considerado "parte interessada", conforme as conclusões a que chega a partir de suas pesquisas e, curiosamente, a partir de outras perícias. Assim, proponho discutir a prática da perícia judicial ou quando o antropólogo é o "outro", atuando, observado e desconstruído ao longo de processos judiciais.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

